

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 179/96

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTENCIA SOCIAL, E DA OUTRAS  
PROVIDENCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 27, Item I e III da Lei Organica Municipal, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

CAPITULO I  
DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Fica criado o conselho Municipal de Asssistencia Social - CMAS, orgao deliberativo, de carater permanente e ambito Municipal.

Artigo 2º - Respeitadas as competencias exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistencia Social:

I - Definir as prioridades da politica de Assistencia Social;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboracao do Plano Municipal de Assistencia Social;

III - Aprovar a politica Municipal de Assistencia Municipal;

IV - Atuar na formulacao de estrategias e controle da execucao da politica de Assistencia Social;

V - Propor criterios para a programacao e para as execucoes financeiras e orcamentarias do Fundo Municipal de Assistencia Social e fiscalizar a movimentacao e a aplicacao dos recursos;

VI - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os servicos de assistencia prestados a populacao pelos orgaos. Entidades publicas e privadas no Municipio;

VII - Definir criterios de qualidade para o funcionamento dos servicos de Assistencia Social publicos e privados no ambito Municipal;

VIII - Definir criterios para celebracao de contratos ou convenios entre o setor publico e as entidades privadas que prestam servicos de assistencia social no ambito

municipal;

IX - Appreciar, previamente os contratos e convenios referidos no inciso anterior;

X - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI - Zelar pela efetizacao do sistema descentralizado e participativo de assistencia social;

XII - Convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a conferencia Municipal de Assistencia Social, que tera a atribuicao de avaliar a situacao da Assistencia Social e propor diretrizes para o aperfeicoamento do sistema;

XIII - Acompanhar e avaliar a gestao dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

## **CAPITULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

### **SECAO I DA COMPOSICAO**

Artigo 3º - O CMAS tera a seguinte composicao:

#### **I - Do Governo Municipal:**

- a) Representantes da Secretaria Municipal de Bem Estar Social.
- b) Representantes da Secretaria Municipal de Educacao.
- c) Representantes da Secretaria Municipal de Saude.
- d) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda.

II - Representantes dos prestadores de servico da area:

- a) Representantes das Escolas Municipais.
- b) Representantes das Escolas Estaduais.
- c) Representante do Clube de Maes.
- d) Representante da Entidade Religiosa.

#### **III - Dos Usuarios**

- a) Representantes da Associacao Comunitaria.
- b) Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

a) Cada titular do CMAS tera um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

b) Somente sera admitida a participacao no CMAS de Entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

c) A soma dos representantes que trata o Inciso II e III do presente artigo nao sera inferior a metade do total de membros do CMAS.

a

Artigo 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serao nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicacao:

I - Da Autoridade Estadual e Federal correspondente quanto as respectivas representacoes.

II - Do unico representante legal das Entidades nos demais casos.

a) Os representantes do Governo Municipal serao de livre escolha do Prefeito.

a



Artigo 5º A atividade dos membros do CMAS reger-se-a pelas seguintes disposicoes:

I- O exercicio da funcao de conselheiro e considerado servico publico relevante e nao sera remunerado.

II- Os Conselheiros serao excluidos do CMAS e substituidos pelos respectivos suplentes em caso e faltas injustificadas a 3 reunioes consecutivas ou 5 reunioes intercaladas.

III- Os membros do CMAS poderao ser substituidos mediante solicitacao, da Entidade ou autoridade responsavel, apresentada ao Prefeito Municipal.

IV- Cada membro do CMAS tera direito a um unico voto na sessao plenaria.

V- As decisoes do CMAS sera consubstanciadas em resolucoes.

## SECAO II DO FUNCIONAMENTO

Artigo 6º - O CMAS tera seu funcionamento regido por regime interno proprio e obedecendo as seguintes normas:

I- Plenario como orgao de deliberacao maxima.

II- As sessoes plenarias serao realizadas ordinariamente a cada mes e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

Artigo 7º - A Secretaria Municipal de Bem Estar Social prestara apoio administrativo necessario ao funcionamento do CMAS.

Artigo 8º - Para melhor desempenho de suas funcoes o CMAS podera recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes criterios:

I- Consideram-se colaboradores do CMAS, as instituicoes formadoras de recursos humanos, para a assistencia social e as Entidades representativas de profissionais e usuarios dos servicos de assistencia social sem embargo de sua condicao de membro;

II- Poderao ser convidadas pessoas ou instituicoes de notoria especializacao para assessorar o CMAS em assuntos especificos.

III- Poderao ser criadas comissoes internas, constituídas por entidades - membros do CMAS e outras instituicoes, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas de temas especificos.

a  
Artigo 9º - Todas as sessoes do CMAS serao publicas e precedidas de ampla divulgacao.

Paragrafo Unico: As resolucoes do CMAS, bem como os temas tratados em plenario de diretoria e comissoes serao objeto de ampla e sistematica divulgacao.


Artigo 10º - O CMAS elaborara seu Regime Interno apos a promulgacao da Lei.

Artigo 11º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover instalacao do Conselho Municipal de Assistencia Social.

Artigo 12º - As despesas decorrentes da aplicacao da presente lei, correrao por dotacoes proprias da Secretaria Mun. do Bem Estar Social.

Artigo 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicacao, revogadas as disposicoes em contrario.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SERRADA  
FAMILIA, em 16 de Agosto de 1996.**

  
**JUVENIL MAFALDA SANTOS**  
Prefeito Municipal

  
~~Registre-se e Publique-se~~

**MIGUEL ARDENCHI BRIZOLA**  
~~Sec. Municipal da Administracao~~